

RECORDANDO...

*Yara Aun Khoury**

Ao voltar minha lembrança para os anos em que vivi o Pós-Graduação de História na PUC-SP dou-me conta, com maior nitidez, das estreitas ligações e articulações existentes entre passado e presente na experiência social, condicionando e alimentando nossas perspectivas futuras. Tendo sido solicitada a rememorar essa vivência, como uma das integrantes da primeira turma desse curso, não consigo fazê-lo sem me reportar a anos anteriores, quando fiz minha graduação, pois lá fui encontrar muitos dos estímulos que explicavam essa retomada de meus estudos e é por lá também que se encontravam muitos dos significados de minhas escolhas, de minhas apreensões e de minhas expectativas em 1972.

Naquele ano, ao receber a notícia, de irmã Leda Maria Pereira Rodrigues, da abertura do curso de Pós-Graduação em História na PUC-SP fiquei muito entusiasmada. Recém-chegada do Líbano, onde morara seis anos em contato com uma nova cultura, levando vida de dona-de-casa, esposa de um médico, com três filhos, estaria se abrindo, para mim, a possibilidade de voltar a estudar, de me engajar profissionalmente? Eu, praticamente, já havia desistido da idéia, embora, devo confessar, sempre persistisse, nesse sentido, uma esperança submersa, nebulosa e conflitiva, ao longo dos anos que transcorreram entre o tumultuado término de minha graduação em História e aquele ano que se iniciava.

Eu havia feito meus estudos, entre 1960 e 1963, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, mantida pelas cónegas de Santo Agostinho. Tratava-se de uma Faculdade puramente feminina, para a qual se dirigiam muitas alunas do próprio

* Professora do Departamento de História da PUC-SP.

colégio das cônegas (entre elas, eu), mais conhecido pelo nome de “*Des Oiseaux*”, do qual a Faculdade se originou.

Tínhamos um curso bastante erudito, com formação acentuada em Filosofia, uma certa dose de Teologia, longas explicações sobre a natureza dos estudos históricos (constituiriam uma ciência ou uma arte?), complementadas por noções sobre as ciências auxiliares da História. A maior concentração era em torno das disciplinas organizadas segundo o tradicional critério cronológico: História Antiga, Medieval e Moderna, com leves incursões pela História Contemporânea, pela Antropologia Cultural e pela Arqueologia. O nível do ensino era bom e alguns professores tinham uma atuação profissional reconhecida para além das fronteiras brasileiras. O saudoso professor Leoni, especialista em História Antiga, tendo participado de longas pesquisas de campo nas catacumbas de Roma, nos encantava ao contar, com emoção, essa experiência; penso que aquilo nos tocava de modo especial, sobretudo por termos crescido num clima de crença e religiosidade. A pesquisa era particularmente estimulada pela própria irmã Leda, uma das fundadoras da Faculdade e do curso de História. Éramos levadas a entrar em contato direto e amplo com as fontes oficiais, no Arquivo do Estado, e a lhes dar um tratamento cuidadoso, buscando neles indícios de uma realidade concreta e objetiva que deveríamos desvendar. Já desde aquele tempo vem nossa intensa preparação no campo da pesquisa. A quase exclusividade dos trabalhos voltava-se para a história política do Brasil colonial e independente, chegando, no máximo, até a Primeira República. Tínhamos ainda História da América, por mais de um período, enfatizando-se a História dos Estados Unidos da América.

Nessa Faculdade vivi uma experiência mista e, por vezes, contraditória: sentia-me universitária, realizando estudos especializados, participando de debates e encontros intelectuais e políticos, mas, ao mesmo tempo, ainda uma colegial, seguindo uma certa disciplina nos diferentes espaços da Faculdade, fazendo mesmo orações diárias, em sala de aula, antes do início dos trabalhos. Tendo passado do ensino secundário para o universitário naquele mesmo ambiente intelectual e confessional, sendo aluna das mesmas religiosas, não cheguei a estranhar esses procedimentos. Havia mesmo um internato para as alunas do interior do estado, dando um ar ainda mais aconchegante e familiar àquele ambiente. Entre as religiosas e algumas professoras leigas, os poucos professores varões eram rigorosamente selecionados, segundo critérios intelectuais e morais.

Meus contatos com as questões sociais e com a política se deram mais pelos caminhos da vivência universitária de um modo geral do que dentro da sala de aula. Tendo características de liderança, como se dizia na época, logo fui “nucleada” para participar

do movimento da Juventude Universitária Católica (JUC), o que não foi difícil em virtude de minhas experiências no estudo secundário, como “mensageira de Cristo”. Minhas perspectivas caritativas e evangelizadoras iniciais foram, aos poucos, se transformando numa consciência mais clara e elaborada sobre problemáticas sociais e políticas da sociedade e do País em que vivia, imbuída de uma expectativa de “justiça social”. Cheguei a me envolver com programas de assistência a favelados e com propostas de educação popular, na esteira do famoso processo Paulo Freire. Nosso contato com trabalhadores, no entanto, era bem mais restrito do que hoje. Vibrávamos com as iniciativas de leigos e padres, no sentido da promoção da sindicalização rural, via Serviço de Assistência Rural (SAR) e movimento da Juventude Agrária Católica (JAC); compartilhávamos de lutas sindicais mais no âmbito da política instituída, via organizações estudantis, como a União Estadual do Estudantes (UEE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), em suas articulações com tendências da política partidária e governamental mais ampla. Nessas organizações estudantis, a presença e orientação do movimento de JUC chegou a ser proeminente.

Posso afirmar que foi por essa militância que fui me aproximando da política, fui me entendendo como um ser político, vivendo conflitos e ajudando a construir uma participação social cada vez mais assumida, no âmbito das perspectivas da política estudantil da década de 1960. Nesse mesmo âmbito, exerci, no ano de 1963, a presidência do Centro Acadêmico da Faculdade Sedes Sapientiae, em estreita articulação com UNE e UEE, ambas lideradas por membros de JUC de outras Faculdades, articuladas com as demais tendências de esquerda, principalmente a comunista. Nesse caudal lutamos acirradamente pela reforma universitária, no contexto das reformas de base em questão na época.

Nesse período, a participação estudantil na política brasileira era bastante significativa. Particularmente o ano de 1963 e início de 1964 foram fortemente agitados, com greves tanto no meio estudantil quanto sindical. Militantes de esquerda, cristãos e marxistas de várias tendências articulavam-se nessas lutas, gerando uma instabilidade política cada vez mais acentuada. Nesse clima irrompe o golpe militar de 1964, atingindo ativistas estudantis, sindicais, alguns políticos e até mesmo militares de baixas patentes, que haviam aderido ao movimento.

Na passagem de 1963 para 64 eu vinha terminando meu curso de História e minha gestão no Centro Acadêmico da Faculdade, nesse amálgama de tensões que tumultuavam a vida do País. Em meio aos tumultos, perseguições e prisões deslanchadas pelo golpe, fui levada a morar fora do País por um período de seis anos, não propriamente

perseguida pela polícia, como tantos outros companheiros (embora o perigo não estivesse longe dali) mas levada por outros conflitos sociais e familiares, como aqueles que assolaram muitos da minha geração.

Retornar à Universidade, anos depois, significava voltar a encarar de frente uma trajetória bruscamente interrompida, na qual estava terminando a vida universitária e iniciando, com os temores da inexperiência, a vida profissional, no ensino de segundo grau e me firmando na consciência de cidadã brasileira, através de uma militância cada vez mais intensa.

Com família constituída e não tendo podido freqüentar um curso de pós-graduação em História ou exercer qualquer atividade profissional no Líbano, onde morei, sentia-me nesse retorno em grande defasagem em relação aos meus antigos colegas da graduação, entre os quais Estefânia Knotz C. Fraga, que havia se tornado uma das professoras do Programa, assim como em relação aos colegas do curso que iniciava. Eram jovens estudantes, recém-diplomados, cuja reflexão, na minha maneira de ver, deveria, certamente, se orientar pelos escritos mais recentes e mais importantes na área. Como eu iria me desempenhar? Em que pé estariam as coisas desde aqueles tempos? Conseguiria dar conta do recado? Assim mesmo não desanimei. Pelo contrário, a expectativa era muito grande, as indagações eram múltiplas, tanto no campo intelectual quanto político. Ainda estávamos num período de recessão e eu me perguntava sobre as possibilidades de reflexão e discussão aberta que teríamos em sala de aula ou outros espaços da Universidade. A perspectiva de retomar a militância, ainda que em outros termos, me era distante.

O curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à qual o Sedes Sapientiae havia sido anexado ao final dos anos 1960, era dado, então, na rua Monte Alegre, 984, local da antiga Faculdade São Bento. Mais precisamente, num conjunto de casas em face do tradicional edifício, cujos cômodos haviam sido transformados em salas de aula. Em tom de brincadeira, aquele espaço era chamado ferradura.

As aulas não eram mais expositivas como no tempo da graduação. Consistiam mais em reflexões em grupo, orientadas e estimuladas pelo professor, o que, para mim era estranho e um pouco assustador. Os alunos, de diferentes procedências, pareciam já acostumados com isso: alguns mais desembaraçados, outros menos; uns tantos reunidos em grupos de amizade, forjada ainda na graduação, sentiam-se mais à vontade para externar suas reflexões intelectuais, talvez mesmo pela maior segurança que encontravam no próprio grupo. Essas questões chamavam-me muito a atenção, principalmente por

me sentir desamparada nesse início, retornando de tão longe e depois de tanto tempo e apalpando um terreno desconhecido.

Minha satisfação foi muito grande ao ver que Maria do Pilar de Araújo Vieira seria minha colega. Havíamos sido contemporâneas no colégio e na graduação, quando mostrou-se simpática ao movimento da JUC, sem, no entanto, nunca ter participado efetivamente. No segundo semestre, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, vinda de Minas, juntou-se a nós.

Nos dois primeiros semestres fizemos grandes esforços de concentração de leitura, tendo em vista dar conta dos densos textos que nos eram apresentados. Passamos a formar um trio inseparável, estudando juntas quase o tempo todo. Essas figuras familiares e amigas fizeram-me sentir mais segura e nossa amizade estreitou-se ao longo dos anos. Pilar impressionava-me com sua memória e Rosário com a profundidade de suas reflexões e com sua perspicácia política, provavelmente desenvolvida em sua militância no movimento Ação Popular e na política estudantil.

Assim atravessamos o curso de História, um dos primeiros a ser instalado no Pós-Graduação da PUC-SP, graças ao inegável empenho de irmã Leda e de Estefânia, contando, depois, com a colaboração da professora Yvone Dias Avelino.

Professores da PUC-SP foram chamados para ministrar as aulas, além de alguns da USP e da Fundação Getúlio Vargas. Financeiramente, foram tempos bastante difíceis. Muitas vezes os salários eram liberados com muito atraso, sendo que os professores da casa enfrentavam a situação com paciência e coragem, enquanto outros dificilmente aceitavam. Lembro-me que começamos um semestre sem o professor de uma das disciplinas, que era de fora; motivo: ao primeiro atraso no pagamento retirou-se da instituição com protestos.

Naquele tempo os estudos ainda não se desenvolviam em torno de uma área de concentração ou de linhas de pesquisa; procurava-se centrar os esforços no âmbito da História do Brasil, sem, no entanto, cercear outras intenções de investigação. Nessa perspectiva eram oferecidas as disciplinas História do Brasil I e II. Se na graduação a maior preocupação dos estudos sobre o Brasil passava pelo viés da política ampla e geral, agora os esforços se concentravam também numa perspectiva econômica. Na disciplina História das Idéias Econômicas tivemos noções sobre as diferentes escolas econômicas sem, no entanto, refletir sobre modos de produção, referenciais que norteavam boa parte dos estudos no campo das ciências sociais de um modo geral. Essas noções vieram mais pelo caminho da Sociologia, em virtude do posicionamento do professor que ministrava a matéria. Para além disso, tivemos uma boa dose de re-

flexão sobre o Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano, em disciplina do mesmo nome, acompanhada de outra sobre Relações Internacionais. Em meio a essa configuração eclética, foi-nos oferecida a matéria Filosofia da História, que propiciou inúmeros protestos, por parte dos alunos, ao enveredar pela reflexão sobre mitos e realidade numa perspectiva mais funcionalista ou fenomenológica, quando estávamos todos muito envolvidos com explicações racionais e sistêmicas da História. O protesto foi de tal forma veemente que a coordenadora, na ocasião, a professora Estefânia, achou mais aconselhável retirar a disciplina do Programa. Havia, ainda, a oportunidade de se desenvolverem estudos sobre a América Latina, sendo oferecida uma disciplina sobre História da América. Como se pode ver, tratava-se de tudo um pouco, seguindo uma divisão ainda cronológica, com ênfase numa História mais recente, com base numa perspectiva econômica e também política, enfatizando-se, de alguma maneira, uma reflexão metodológica. Como exigência do Ministério de Educação ainda tínhamos Estudo de Problemas Brasileiros.

Nesses anos 1970, apesar do ambiente político pouco propício, a orientação do materialismo histórico (que embasava a maioria das articulações de esquerda) passou a ser mais significativa nas reflexões acadêmicas, chegando-se, por vezes, aos extremos do estruturalismo, em quase todas as áreas do conhecimento. Investigavam-se os processos históricos e/ou refletia-se sobre eles à luz da noção de luta de classes, enfatizando-se os estudos dos modos de produção da vida material, tidos como determinantes dos modos de agir e de pensar das classes sociais. No que tange as explicações sobre a consciência de classe, apoios eram buscados nos textos de Lukács ou Gramsci, entre outros. Quanto à pesquisa propriamente dita, éramos levados, em grupos, ao Arquivo do Estado, buscando sondar, preferencialmente, periódicos para além dos documentos oficiais.

Nós, no campo de História, movidos pelas fortes influências estruturalistas de Althusser ou de Saussure, na Linguística, entre outros tantos, debatíamos-nos nos conflitos em torno de como trabalhar a diacronia, o movimento da história, quando essas tendências privilegiavam uma explicação sincrônica das estruturas. Sentimos esse problema de maneira mais intensa na disciplina História Moderna e Contemporânea quando, por orientação da professora, caminhamos por uma análise de texto que visava decodificar significados nas frases, tentando separar o que era “real” do que era “imaginário”. Isto me parecia extremamente trabalhoso, sem que chegássemos a resultados satisfatórios. Lembro-me de ter passado todo um semestre tentando fazer esse tipo de análise, em artigos de jornais, sobre as greves de 1917 em São Paulo, tema que

havia escolhido para minha dissertação de mestrado, buscando apoio em Lucien Goldmann, para superar a dificuldade de lidar com a diacronia. Minha orientadora, irmã Leda, seguindo uma outra tendência no campo da História, desde os tempos da graduação, extranhava aqueles procedimentos mas, enfim, pacientava. Nisso tudo, penso que altamente preocupados que estávamos com questões teóricas explicadas nelas mesmas, acabávamos por prejudicar um olhar adequado sobre a realidade empírica e sobre a maneira de trabalhá-la. Acabei por desistir dessa experiência, mesmo porque não conseguia solucionar os problemas da pesquisa.

Se, por um lado, vivíamos esses conflitos metodológicos, a partir de certas disciplinas, por outro, algumas outras exploravam mais os conteúdos, os dados e informações do que a metodologia subjacente ao textos.

Eu mesma encontrava-me com sérios problemas para resolver intelectualmente. Fruto de uma formação positivista dos anos 60 e tendo militado na política universitária, nunca chegara a fazer uma reflexão mais aprofundada e ampla sobre os processos sociais e históricos; tendo vivido, na graduação, uma militância política de maneira desconectada da formação intelectual trazida pelo curso e tendo realizado leituras, naquela militância, muito na linha do humanismo cristão e do personalismo, não me sentia intelectualmente preparada para assumir minha investigação na perspectiva do materialismo histórico e da luta de classes. Emocionalmente, inclinava-me a escolher lutas sociais e políticas de trabalhadores como tema de dissertação, pois ele me reaproximava de uma militância deixada para trás e que tanto me fascinara em tempos idos. No entanto, minha bagagem intelectual não me era suficiente, nem adequada, para realizar tal investida. Sentia-me frágil. Vinha-me a sensação de ter exercido muito ingenuamente a militância política universitária anterior; feita de muitos sonhos e muitos arrojados, como mulher e a partir de uma faculdade feminina. Essas questões eram significativas naquele tempo, principalmente se considerarmos que o advento do golpe de Estado representou um corte profundo numa experiência que não teve o tempo suficiente para amadurecer. Desta forma, o embaralhamento de perspectivas nas várias dimensões de minha vida ainda estavam ali. Era preciso desatar os nós.

Tendo escolhido investigar as greves de 1917 em São Paulo, que chegaram a paralisar a vida em quase todo o País por alguns dias, sentia-me reencontrando as problemáticas sociais e políticas das quais me havia afastado por um tempo. No entanto, num curso de pós-graduação que me chamava a refletir em torno de densos textos teóricos, cujas abordagens me haviam sido distantes até então, via-me despreparada para dar conta do recado.

Nesse caminho, mesmo já tendo terminado os créditos obrigatórios, resolvi ainda cursar a disciplina Metodologia Científica, recém-criada no Programa e ministrada pela então professora visitante Déa Ribeiro Fenelon, tentando clarear abordagens e critérios em meu caminho intelectual e melhor entender e organizar maneiras de lidar com as lutas políticas e sindicais de 1917. Como lidar com essas lutas de trabalhadores? Como entender a política? Como trabalhar com a prática sindical? Como entendê-la nos níveis local, nacional e internacional? Como explicar a presença de diferentes orientações no movimento e de outras reivindicações e práticas, esparsas e difusas, pouco destacadas nessas lutas? Como explicar tensões, enfrentamentos, articulações e intermediações de diferentes forças nesse processo? A disciplina foi de grande proveito, e minha orientadora, irmã Leda, mais satisfeita com o meu desencaixe, deixou-me inteira liberdade para dar novos encaminhamentos à pesquisa. Resolvi destacar a ação sindical e grevista, privilegiando a liderança anarquista do movimento. As pesquisas em relação aos trabalhadores ainda privilegiavam as práticas organizadas e institucionalizadas e eu não fui uma exceção.

Finalmente, penso ter conseguido apresentar um trabalho razoavelmente organizado, bem escrito e com uma rica investigação empírica, realizada em quatro periódicos da grande imprensa, três “independentes” e um anarquista. Por minha própria formação, sentia-me sempre muito à vontade para lidar com as fontes. Entretanto, reconheço que, por essa mesma formação, não conseguia estabelecer um diálogo adequado com elas, por encontrar-me ainda presa a algumas amarras intelectuais; com meu passado positivista mesclado a uma abordagem racional e sistêmica, adquirida no curso de Pós-Graduação, lidei com a luta de classes de maneira um tanto frágil. Mesmo assim tentei defender uma problemática sobre a presença anarquista no movimento operário durante as greves de 1917, em São Paulo, destacando a ação sindical, atitudes mediadoras de membros da imprensa paulista, articulações do governo e da polícia no sentido de contornar o impacto e os questionamentos do movimento, assim como suas práticas repressivas.

Minha banca de defesa da dissertação foi uma das primeiras a ser constituída no Programa de Pós-Graduação em História, logo após a de Maria do Pilar, em 8 de agosto de 1978. Dela faziam parte, além de irmã Leda, como orientadora, a professora Déa Ribeiro Fenelon, que a essa época era também membro do Departamento de História da Unicamp, e o professor Lúcio Kowarick, do Departamento de Sociologia da USP, que também chegou a ministrar aulas no Pós de História da PUC-SP, por um curto período de tempo. Naturalmente, recebi as devidas cobranças naquilo em que meu tra-

balho se apresentava mais frágil: a maneira como trabalhei a luta de classes. É pelo menos isso que ficou mais registrado em minha lembrança. Em compensação, não deixei de ser elogiada pela riqueza das fontes.

De fato, por minha habilidade em lidar com elas, essa pesquisa possibilitou-me organizar uma bela antologia do movimento operário de São Paulo da época com os fartíssimos documentos que coletei. Foram arrumados em cinco volumes, dos quais, apenas um chegou a ser publicado, por questões de concorrência mercadológica. Era um momento de farta divulgação de documentos sobre o movimento operário e muitas antologias foram publicadas nesse sentido, assim como biografias e depoimentos de ativistas de tempos anteriores. Se a repressão interditava manifestações políticas, vozes esparsas se manifestavam e, entre elas, algumas através dessas publicações.

Com o tempo quase todo tomado com as disciplinas, com a preparação da dissertação e com as aulas de Brasil Colônia que comecei a ministrar no curso de graduação e também porque o clima da política no País ainda não era propício e porque ainda não me sentia bem sintonizada, praticamente não me envolvi com a prática política nesse reinício. Penso até que poucas vezes se manifestavam nesse sentido no Pós-Graduação.

Em minhas recordações, não consigo falar exclusivamente de meu trabalho intelectual, sem pensar no profissional e no político, até porque essas dimensões se misturam, tensionam e se completam na explicação de uma experiência. Da mesma forma, não consigo falar do passado sem expor desdobramentos futuros, porque de ambos se alimenta essa mesma experiência e nas relações e articulações entre ambos vou buscar os sentidos das escolhas e dos encaminhamentos dados à minha vida de pós-graduanda e profissional.

Assim, recordando a conjuntura vivida pela PUC-SP nos anos 1970, apesar de um ambiente político desfavorável, “nossa” Universidade continuou a viver suas tendências democráticas. Nessa mesma fase foi cenário de um dos encontros feministas mais significativos e tensos, protagonizado por militantes emergentes dos movimentos por anistia e por outras, vindas do movimento popular. Abrigou igualmente uma das reuniões anuais da SBPC, quando o governo militar havia proibido que ela se realizasse. Em outra ocasião, chegou a ser alvo da invasão de policiais militares, que causaram danos não somente ao seu patrimônio como a pessoas físicas. A PUC-SP sempre continuou a resistir bravamente, enfrentando inclusive sérios problemas financeiros.

Ao final desses mesmos anos, uma forte onda democrática vinha emergindo de diferentes espaços sociais, questionando o governo militar. Movimentos sociais,

movimentos de trabalhadores, sindicais ou não e, entre eles, de professores, representantes mais progressistas da política instituída, várias vezes se configuravam, reivindicando direitos e protestando contra um governo autoritário com todas as suas implicações. Nesse panorama foi se constituindo o Partido dos Trabalhadores, o conhecido PT, do qual fui participar, no seu início, através do núcleo dos professores. Com o correr do tempo, considero-me hoje uma simpatizante do partido, muito envolvida com determinadas causas específicas, mas sem exercer militância efetiva. Reconheço, entretanto, que foi pelas lutas desse partido e pelo desempenho de alguns colegas meus no âmbito da política, dentro e fora da PUC-SP, que fui me reencontrando com uma certa prática política, com lutas pela democracia e com propostas de construção da cidadania que, nas décadas de 1970 e 80 assumiam novos aspectos.

Ainda cursando o Pós, tornei-me professora da disciplina Pesquisa Histórica, na graduação, auxiliando irmã Leda no acompanhamento das pesquisas dos alunos. Naquele momento, parte dos trabalhos já se voltava para lutas sindicais e políticas dos trabalhadores, assim como para o estudo de movimentos populares organizados, com destaque para alguns ligados à igreja católica, como as Comunidades Eclesiais de Base. Refletíamos sobre a emergência daqueles numerosos movimentos de trabalhadores e populares, evidenciando a presença de novos sujeitos políticos e de outros espaços de luta política que não aqueles tradicionais, que demandavam o repensar de conceitos e categorias com os quais vínhamos trabalhando, tais como classes, luta de classes, política, etc.

Por um lado, redimensionando esses referenciais e refletindo sobre o âmbito mais amplo das pesquisas que realizei para a elaboração de minha dissertação de mestrado, fui formulando novas perguntas, tanto no plano intelectual quanto político, social e cultural. No que diz respeito à militância anarquista dos anos 1910, 20 e 30, como pensar e trabalhar uma luta política de trabalhadores que, extrapolando os sindicatos e os partidos, se estendia por centros de cultura, por jornais, por mobilizações em torno dos bairros, por feiras livres e por outros espaços da vida urbana, pela organização de formas de ensino e por escola, por práticas literárias e teatrais, por falas de mulheres em relação aos seus ambientes de trabalho e familiares? Que significado atribuir a todas essas questões e práticas? Não seriam também formas de vida e de luta a serem investigadas e discutidas pelo historiador? Essas questões, tentei respondê-las em minha tese de doutorado, que defendi na USP, em 1989, uma vez que a “nossa” Pós ainda não nos oferecia essa possibilidade.

Por outro lado, quando irmã Leda deixou a disciplina de Pesquisa do curso de graduação, agora eu, junto com Maria do Rosário e Maria do Pilar, passamos a formar um grupo na mesma disciplina, ajudando a construir aquelas novas orientações que iam se forjando também no curso de Pós-Graduação. Nessa fase, a professora Déa Ribeiro Fenelon, que agora também já fazia parte do corpo permanente da PUC-SP, nos deu muito apoio. Fomos incorporando novas maneiras de pensar e trabalhar a realidade social. Entendendo toda a experiência humana como histórica e entendendo essa experiência como de luta e de luta política, ampliava-se nossa concepção da luta de classes e de política: as práticas cotidianas assumiam um significado político para nós e buscávamos compreender os nexos e as relações sociais imbricadas nas diversas formas de expressão da atividade humana em todas as suas manifestações históricas. Realizando muitas leituras teóricas, pelos caminhos de E. P. Thompson, Raymond Williams, Raphael Samuel, entre outros, desenvolvendo pesquisas com os alunos da graduação, fomos construindo alguns caminhos da pesquisa histórica na PUC-SP, através de um diálogo entre teoria e evidências.

Se esse trabalho nos trazia muita satisfação, não foi sempre fácil lidar com ele. Diferentes maneiras de se conceber e de se trabalhar a História tensionavam, tanto no Departamento quanto no Pós-Graduação.

Nesse caminho, resolvemos escrever um livro sobre a pesquisa em história, estabelecendo um diálogo com diferentes abordagens e procurando expressar nosso posicionamento com seus significados e implicações. O livro *A pesquisa em história* foi publicado pela Ática em 1989 e já se encontra na segunda edição.

Penso que a partir do esforço para redigir esse livro e passando a dar uma disciplina sobre Movimentos Sociais no Brasil, no mesmo Pós-Graduação que havia cursado, orientando pesquisas, fui amadurecendo minhas reflexões e posicionamentos, construindo mais uma etapa de meu caminho intelectual, profissional e político e me abrindo para novas indagações. Nesse período, as disciplinas e as pesquisas da “nossa” Pós já se orientavam por duas linhas de pesquisa: História dos Movimentos Sociais e História das Ideologias.

Acompanhando o processo de implementação do Programa de Pós-Graduação em História, irmã Leda chegou a criar o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História, em 1979, recebendo apoio financeiro da Fapesp. Na década de 1970 estimulava-se o processo de implantação de Centros de Documentação nas Universidades, por iniciativa, sobretudo, de alguns professores e pesquisadores, correspondendo a uma abertura das mesmas para o estudo da realidade social, assim como ao desenvolvimento das pesquisas

nesse sentido e de políticas de apoio às mesmas, pela reunião, organização e descrição de acervos documentais e da produção de referências.

Logo fui solicitada a auxiliar irmã Leda nesse Núcleo. Juntamente com Maria do Pilar e Maria do Rosário, fomos desenvolvendo projeto coordenado por ela – “Classes Sociais na Primeira República” – que subsidiasse a coleta de documentos sobre as classes sociais na imprensa paulista, privilegiando o operariado. Esse projeto desdobrou-se em outro, “Imprensa e Sociedade na Primeira República”, agora já sob nossa coordenação direta, envolvendo sempre alunos da disciplina Pesquisa Histórica, da graduação. Apoiadas nesses projetos, tentávamos, ao mesmo tempo, dar uma organicidade às atividades do Núcleo. As dificuldades, no entanto, eram múltiplas: com o af fluxo dos documentos e informações, passávamos a necessitar de pessoal especializado para o tratamento do acervo e de funcionários para o atendimento dos consulentes e para o manuseio dos equipamentos.

Com o passar do tempo, em 1988, o colegiado do Pós de História decidiu integrar o Núcleo à Central de Documentação e Informação Professor Casemiro dos Reis Filho – CEDIC – com o intuito de concentrar esforços no sentido de provê-lo dos funcionários e equipamentos necessários ao estágio de desenvolvimento que alcançara. Já desde 1986 eu mesma havia sido designada, pela Reitoria, para assumir a direção desse Centro de Documentação da Universidade, por sugestão do conselho consultivo do mesmo. Podemos dizer que ambos se beneficiaram com a decisão e, hoje, a CEDIC está à disposição de um número significativo de consulentes que a freqüentam, além de prestar muitos serviços internos e externos à Universidade, em seu âmbito de atuação, de desenvolver projetos instrumentais para a pesquisa e de fazer publicações. Todas essas atividades encontraram seus primeiros estímulos na proposta lançada e trabalhada por irmã Leda no Programa de Pós-Graduação de História, nos idos da segunda metade dos anos 1970.

Transcorridos alguns anos, com o avanço das reflexões, tanto dos professores, com seus projetos de pesquisa, quanto dos alunos, com suas dissertações de mestrado, com o processo de avaliação do mestrado, articulado à proposta de criação do doutorado no Pós-Graduação em História da PUC-SP, o colegiado o foi reformulando, adequando-o aos temas e problemáticas então em emergência. Como o próprio texto de reformulação do Programa diz, desenvolve-se “o interesse pelo estudo da cultura a partir de recortes sobre lutas históricas no campo da organização do trabalho, sobre diferentes formas de lutas sociais urbanas, sobre constituição/reconstituição do poder/saber, assim como sobre construção da memória e das representações nas suas múltiplas interferências nas estratégias dos grupos sociais”. Nesse contexto, as linhas de pesquisa História dos

Movimentos Sociais e História das Ideologias foram, respectivamente, transformadas em Cultura e Cidade e Cultura e Trabalho, a primeira, e Cultura e Representação, a segunda, expressando e reunindo as preocupações de pesquisa em curso.

Passei, então, junto com alguns colegas, a trabalhar Cultura e Cidade e Cultura e Trabalho como duas linhas naturalmente desdobradas da anterior, Movimentos Sociais. Falando de maneira sucinta, em Cultura e Cidade temos buscado dar conta dos modos de constituição do urbano, pensando a cidade como lugar de práticas, tradições e hábitos culturais conflitantes; como espaço marcado pelas vivências dos sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que condiciona essas vivências; como espaço que se forja na tensão entre saídas criadas pela população na luta pela sobrevivência e propostas e práticas que objetivam sua governabilidade. Pesquisando e acompanhando pesquisas sobre diferentes formas de lutas sociais urbanas vimos buscando refletir sobre formas de construção da memória e das representações nas suas múltiplas interferências nas estratégias dos grupos sociais. Em Cultura e Trabalho nossas preocupações têm se voltado para lutas históricas no campo da organização do trabalho, para formas de disciplinarização e relações de poder, atentando para o modo como os trabalhadores experimentam a dominação e a resistência, como situam e pensam a questão do trabalho na sua vida, quer no meio urbano, quer no rural, como pensam e organizam o seu tempo social e como forjam suas lutas a partir de suas necessidades impregnadas de significações culturais. Nessa linha também as formas de constituição e de recuperação da memória são, igualmente, referências importantes.

Observo que se as reflexões sobre a experiência social e a cultura no Pós de História da PUC-SP, hoje, verticalizam-se especialmente em torno de problemáticas da cidade, do trabalho e das representações, estas são trabalhadas de maneira bem mais complexa e diversificada, buscando-se compreender os sujeitos vivenciando esses recortes como constituidores de suas experiências nos embates cotidianos nas mais diversas dimensões, estudadas acima de qualquer compartimentação.

À vista das modificações presentes, posso dizer que o Pós-Graduação do meu tempo, ainda que bastante eclético, foi para mim como uma chave-mestra, abrindo várias portas, franqueando um entrecruzar de ações práticas e reflexivas. Hoje ele apresenta uma fisionomia bastante diferente, fruto de uma experiência vivida ao longo de 25 anos com muito empenho por parte de professores e alunos. Constitui-se, atualmente, de uma área de concentração e de linhas de pesquisa que dão muito maior organicidade às disciplinas, ao avanço das reflexões e facilitam o desenvolvimento das pesquisa dos

alunos. Conta com uma revista, *Projeto-História*, que já se encontra em seu décimo sexto volume e tem um bom reconhecimento nas áreas acadêmicas.

Tudo isso foi se forjando na experiência vivida, passando por algumas reformulações, por vezes muito batalhadas. Mas esta já é uma outra história, na qual também me integro, como professora e não mais como estudante da primeira turma de alunos do Programa de Pós-Graduação de História da PUC-SP.